

- 2 — Experiência profissional com crianças: (15%)
 2.1 — até 5 anos de serviço — 5
 2.2 — de 5 a 10 anos de serviço — 10
 2.3 — mais de 10 anos de serviço — 20
 3 — Experiência na Unidade Orgânica/Serviço: (15%)
 3.1 — até 1 ano — 5
 3.2 — de 5 até 10 anos — 10
 3.3 — mais de 10 anos — 20
 4 — Qualificação Profissional/Formação: (5%)
 4.1 — com qualificação certificada — 8
 4.2 — sem qualificação certificada — 4
 5 — Entrevista de avaliação de competências: (50%).

Prazo de reclamação: 48 horas após a afixação da lista de graduação dos candidatos.

A candidatura deverá ser formalizada em requerimento dirigido ao Director do Agrupamento de Escolas disponibilizado nos serviços administrativos do Agrupamento e na respectiva página electrónica, entregue pessoalmente ou enviada por correio registado para Agrupamento Vertical de Escolas de Vinhais, Rua da Corujeira, n.º 22, 5320-323 Vinhais, e acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

Fotocópia do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão;
 Cópia do certificado de habilitações literárias;

Currículo e/ ou quaisquer documentos que o candidato considere importantes, designadamente os comprovativos de qualificação e experiência profissional.

Composição do Júri:

Presidente — Rui Fernando Rodrigues Correia, Director
 Vogais efectivos:

Marcela Angelina Gonçalves Augusto Alves, Adjunta
 Maria de Fátima Domingues Cunha Rodrigues, Encarregada Operacional

Vogais suplentes:

Eurico Fernandes Gonçalves, Subdirector
 Maria Isabel Borges Silva, Adjunta

11 de Janeiro de 2010. — O Director, *Rui Fernando Rodrigues Correia*.
 202780433

Direcção Regional de Educação do Centro

Agrupamento de Escolas Gualdim Pais

Aviso n.º 1109/2010

1 — Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, artigos 50.º a 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por despacho do Director do Agrupamento de Escolas Gualdim Pais, de 11/01/2010, ao abrigo do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 69-A /2009 de 24 de Março e no uso das competências que lhe foram delegadas por despacho da Senhora Directora Regional Adjunta, Dr. Helena Libório, proferido em 10/09/2009, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação deste Aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum para preenchimento de 1 posto de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial, com vista a colmatar as necessidades transitórias de trabalhador para assegurar os serviços de limpeza na escola do 1.º ciclo do Carvalho, freguesia de São Simão de Litém, do Agrupamento de Escolas Gualdim Pais, em Pombal. Estes contratos terão a duração diária de duas horas e vigoram até 18 de Junho de 2010.

2 — Os presentes contratos regem-se pela Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, devendo, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 142.º desta lei, ser fixada a prestação de serviço nos 5 dias úteis da semana, correspondentes a dias lectivos.

3 — Âmbito do recrutamento: O recrutamento realizar-se-á de entre as pessoas sem qualquer tipo de relação jurídica de emprego público.

4 — Local de trabalho: Escola do 1.º Ciclo do Carvalho, pertencente ao Agrupamento de Escolas Gualdim Pais, sita na Rua Pinhal Leitão, Apartado 1167, 3101-902 Pombal.

5 — Caracterização do posto de trabalho: realização de serviços de Limpeza;

5.1 — Um Posto de Trabalho, no exercício de funções da extinta categoria de Auxiliar de Acção Educativa, competindo-lhe, designadamente, as seguintes atribuições:

a) Providenciar a limpeza, arrumação e conservação do material e equipamento das escolas do 1.º ciclo;

6 — Remuneração base prevista: Remuneração horária nos termos definidos superiormente.

7 — Requisitos de admissão:

a) Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nomeadamente:

i) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção especial ou lei especial;

ii) 18 Anos de idade completos;

iii) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;

iv) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória;

b) Nível habilitacional exigido: escolaridade obrigatória à data da sua aquisição;

c) documentos comprovativos das suas declarações.

8 — Métodos de selecção:

8.1 — Avaliação curricular (AC) — visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e tipo de funções exercidas;

8.2 — Na avaliação Curricular serão ponderados e valorizados os seguintes parâmetros:

Habilitação:

a) 1 Valor — escolaridade obrigatória ou curso que lhe seja equiparado;

b) 2 valores — 12.º ano de escolaridade;

Experiência Profissional:

b) 2 Valores — 2 ou mais anos de tempo de serviço no exercício de funções em realidade social, escolar e educativa do contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;

b) 2 Valores — 2 anos ou mais de tempo de serviço no exercício de funções inerentes à carreira e categoria ou menos de 2 anos de tempo de serviço no exercício de funções em realidade social, escolar e educativa do contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;

c) 1 Valor — menos de 2 anos de experiência profissional ou sem experiência profissional no exercício de funções inerentes à carreira e categoria.

Formação Profissional:

a) 2 valores — formação em área afim com as funções a desempenhar, devidamente comprovada;

b) 1 valor — sem formação relevante para as funções a desempenhar;

6.5 — A classificação final com a aplicação dos critérios de selecção resultará do valor total atribuído de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{AB + 4 (EP) + 2 (FP)}{7}$$

Em caso de empate na pontuação obtida, será dada preferência ao candidato que tiver pontuação mais elevada no parâmetro da Experiência Profissional.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário próprio, aprovado por Despacho n.º 11 321/2009, de 8 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de Maio, disponibilizado na página da Direcção-Geral da Administração e Emprego Público, em <http://www.dgaep.gov.pt>, podendo ser obtido junto dos serviços de administração escolar do Agrupamento de escolas Gualdim Pais, e entregues no prazo de candidatura, pessoalmente, nas instalações da escola sede deste agrupamento, ou enviadas pelo correio, para a morada identificada no ponto 4 do presente Aviso, em carta registada com Aviso de recepção, dirigidas ao Director do Agrupamento.

10 — Os formulários de candidatura deverão ser acompanhados das cópias dos seguintes documentos:

Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;

Número de Identificação Fiscal;

Documentos comprovativos considerados pertinentes para efeito da apreciação curricular.

11 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

Pombal, 12 de Janeiro de 2010. — A Directora, *Sara Maria Baptista da Rocha*.

202782994

Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico
José Macedo Fragateiro

Aviso n.º 1110/2010

Nos termos do disposto na circular 30/98/DEGRE e n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, para consulta no *placard* na sala de professores a lista de antiguidade do pessoal docente desta Escola com referência a 31 de Agosto de 2009. Os interessados dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso e no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

Ovar, 15 de Dezembro de 2009. — A Directora, *Maria Cecília Reis de Almeida Oliveira*.

202778474

Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico
de Santa Comba Dão

Aviso n.º 1111/2010

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo a tempo parcial

1 — Ao abrigo dos artigos 50.º e 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e ao disposto nos artigos 19.º e seguintes da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, por despacho proferido pela Directora da Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Santa Comba Dão, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação deste Aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum para preenchimento de posto de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial, de acordo com o Aviso publicitado na íntegra na respectiva página electrónica da Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Santa Comba Dão.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo em virtude de não ter sido ainda publicitado qualquer procedimento concursal para a constituição de reservas de recrutamento e, até à sua publicitação, fica dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à entidade centralizadora para constituição de reservas de recrutamento (ECCRC), prevista no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

3 — Legislação aplicável: o presente procedimento rege-se-á pelas disposições contidas na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

4 — Âmbito do recrutamento: por despacho, datado de 29-10-2009, da Exma. Senhora Directora Regional Adjunta da Direcção Regional de Educação do Centro, foi autorizado efectuar o recrutamento de um contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial, com duração de 4 horas por dia.

5 — Local de trabalho: Nas instalações da Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Santa Comba Dão.

6 — O posto de trabalho atrás aludido consubstancia-se no âmbito de desempenhos afectos aos serviços gerais de limpeza.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente Aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro;

7.2 — Forma: as candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário próprio que pode ser obtido na página electrónica ou nos Serviços de Administração Escolar da Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Santa Comba Dão, e entregues no prazo de candidatura, pessoalmente, nas instalações da referida Escola, ou enviadas pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, dirigidas à respectiva Directora da Escola, para a respectiva

morada (Avenida da Escola Secundária, Apartado 41 — 3440-321 Santa Comba Dão).

8 — Os formulários de candidatura deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos (que poderão ser fotocopiados):

- Bilhete de Identidade ou Cartão do Cidadão;
- Certificado de habilitações literárias;
- Declarações de experiência profissional;
- Certificados comprovativos de formação profissional.

8.1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro e para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência;

8.2 — Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida, sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

9 — Métodos de selecção:

9.1 — Serão utilizados métodos de selecção atinentes à avaliação curricular e à entrevista profissional de selecção;

9.2 — A avaliação curricular (AC), com peso total de 70%, visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente, a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada no tipo de funções exercidas. Será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar. Para tal, serão considerados os elementos de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HAB + 6(EP) + FP}{8}$$

9.2.1 — Habilitação Académica de Base (HAB), graduada de acordo com a seguinte pontuação:

- a) 20 valores — habilitação de grau académico superior ou igual a 10.º Ano de escolaridade;
- b) 18 valores — habilitação de grau académico igual ao 9.º Ano de escolaridade;
- c) 16 valores — habilitação de grau académico inferior ao 9.º Ano de escolaridade.

9.2.2 — Experiência Profissional (EP) — tempo de serviço no exercício de funções inerentes descritas no ponto 6 do presente Aviso, de acordo com a seguinte pontuação:

- a) 20 valores — cinco anos ou mais de tempo de serviço;
- b) 18 valores — três anos ou mais e menos de cinco de tempo de serviço;
- c) 16 valores — um ano ou mais e menos de três de tempo de serviço;
- d) 14 valores — menos de um ano de tempo de serviço;
- e) 10 valores — sem qualquer tempo de serviço.

9.2.3 — Formação Profissional (FP) — formação profissional directa ou indirectamente relacionada com a área funcional a recrutar, será valorada com o mínimo de 10 valores a atribuir a todos os candidatos, à qual acresce até um máximo de 20 valores, o seguinte:

- a) 10 valores — formação relacionada com a área funcional num total de 50 ou mais horas;
- b) 8 valores — formação relacionada com a área funcional num total de 10 ou mais horas;
- c) 4 valores — formação indirectamente relacionada com a área funcional num total de 50 ou mais horas;
- d) 2 valores — formação indirectamente relacionada com a área funcional num total de 10 ou mais horas.

9.3 — A entrevista, de cariz individual e tendente a avaliar a experiência profissional e aspectos comportamentais relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal do candidato, será classificada numa escala de 0 a 20 valores e terá um peso total de 30% na avaliação final.

10 — Composição do Júri: nos termos do artigo 21.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, é composto por um Presidente, dois Vogais efectivos e dois Vogais suplentes, cuja composição e respectiva identificação consta do Aviso publicitado na página electrónica da Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Santa Comba Dão.

11 — Nos termos da alínea f) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, os candidatos têm acesso às actas do Júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos elementos do método de selecção da avaliação curricular e entrevista profissional de selecção, a grelha classificativa e os sistemas de valoração final do método, desde que as solicitem por escrito.